

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

ENSINO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS: UM PANORAMA NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Mariana Lousada Pinha 1, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
ORCID 0000-0001-5395-683X, Brasil, mariana.lousada@unirio.br

Ana Célia Rodrigues 2, Universidade Federal Fluminense,
ORCID 0000-0003-0851-528X, Brasil, anaceliarodrigues@id.uff.br

Exo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

1 Introdução

A trajetória das práticas arquivísticas no Brasil tem início com a criação do Arquivo Nacional em 1838, então chamado de Arquivo Público do Império. No entanto, o ensino formal destinado à formação de arquivistas só foi consolidado em 1977, com a incorporação do Curso Permanente de Arquivos — até então vinculado ao Arquivo Nacional — à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Com o Decreto nº 79.239, de 2 de março de 1977, instituiu-se o primeiro curso de graduação em Arquivologia no país, representando um marco na institucionalização acadêmica da área.

Atualmente, o Brasil possui 18 cursos de graduação em Arquivologia, dos quais 16 são oferecidos por instituições públicas de ensino superior na modalidade presencial e 2 por instituições privadas, na modalidade de educação a distância (EaD). Esses cursos encontram-se espalhados pelas diversas regiões do país, com maior concentração no Sul e Sudeste, onde há ao menos um curso por estado.

O ensino da avaliação de documentos nos cursos de Arquivologia caracteriza-se como um campo em consolidação. Sua inclusão como

disciplina específica nos currículos deu-se apenas em 1994, no curso da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Antes disso, o tema era abordado de forma transversal, especialmente nas disciplinas ligadas à gestão documental.

Dado que a avaliação de documentos é uma das funções centrais — e também das mais complexas — do trabalho arquivístico, e considerando o aumento do interesse acadêmico e profissional, nacional e internacional, por uma formação mais qualificada nessa área, torna-se essencial compreender como esse conteúdo tem sido tratado nos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil.

Nesse panorama, a pesquisa propõe-se a investigar as seguintes questões: de que forma o ensino da avaliação de documentos tem sido desenvolvido nos cursos de Arquivologia no Brasil? Como esse conteúdo aparece nos projetos pedagógicos e currículos? Quais os efeitos possíveis da presença ou ausência dessa formação específica na qualificação dos egressos?

Partindo desses questionamentos, define-se como objetivo geral analisar a forma como a avaliação é tratada nos currículos e planos de ensino das disciplinas dos cursos de graduação

em Arquivologia no Brasil. Os objetivos específicos são: apresentar fundamentos conceituais, teóricos e metodológicos da avaliação; examinar o desenvolvimento dos cursos; e identificar, sistematizar e analisar os perfis curriculares e as abordagens do ensino da avaliação de documentos.

Com esta investigação, busca-se mapear o cenário atual da formação dos arquivistas em relação à avaliação de documentos. Espera-se, também, fomentar reflexões críticas e apoiar iniciativas voltadas à qualificação dos cursos, inclusive ampliando possibilidades de mobilidade acadêmica, reconhecendo as especificidades curriculares do ensino da avaliação.

2 Avaliação de documentos de arquivo

A avaliação pode ser considerada como um fenômeno recente, pois durante muito tempo, as instituições preservavam a totalidade dos documentos, não havia nenhum processo analítico com critérios e procedimentos consistentes e que levasse em consideração a real necessidade de preservação dos mesmos.

Essa situação só começa a mudar a partir do século XX, com o aumento da produção e acúmulo desordenado de documentos oficiais, resultado da expansão da atividade governamental, da burocratização do Estado, e do desenvolvimento econômico e tecnológico. Para Franco (1986 apud Silva, 2022, p. 23), a preocupação em organizar os arquivos, não só para a acumulação documental, mas também para a pesquisa histórica e a viabilização administrativa está intimamente associada à complexidade burocrática do Estado contemporâneo.

Avaliar documentos consiste fundamentalmente em identificar valores e definir prazos de guarda dos documentos de arquivo – independentemente do suporte – na fase corrente e intermediária, a elaboração de instrumentos de destinação de documentos como a tabela de temporalidade, definindo assim as possibilidades e procedimentos de eliminação e recolhimento para guarda permanente. Em termos gerais, significa

atribuir valor, a partir de critérios legais, fiscais, jurídicos, administrativos, históricos, informativos, etc. São esses valores que determinam os prazos de guarda e a destinação dos documentos, preservação ou eliminação, visando a racionalização, guarda e constituição do patrimônio documental.

Rousseau e Couture, na publicação Fundamentos da Disciplina Arquivística de 1998, estabeleceram as sete funções arquivísticas, entre elas a avaliação. As restantes, criação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão estão diretamente relacionadas à avaliação. Na visão de Couture (2015, p.152) se os princípios e fundamentos teóricos fornecem coluna vertebral à arquivística, as funções constituem sua musculatura. Se devidamente estruturadas em uma política de gestão de documentos, as funções arquivísticas balizam a organização e o tratamento dos documentos ao longo de todo o seu ciclo de vida (Couture, 1999, p.330). Sendo assim, a avaliação faz parte do cerne da teoria e prática da área.

Ampliando a compreensão sobre o que abarca a avaliação, Chagas (2020) define como o processo de análise que parte dos níveis da sociedade, da organização, das funções, das atividades ou dos próprios documentos, baseando-se nos valores atribuídos a cada um desses níveis, com o objetivo de determinar os prazos de guarda e a destinação final dos documentos. Entender que os documentos também refletem a sociedade é fundamental no momento da avaliação, determinar a destinação dos documentos só a partir dos interesses institucionais leva a ignorar/rejeição/ de eles são fruto da sociedade.

Outro ponto importante destacado por Trace (2017, p.77) é que ao conferir valor à informação contida nos documentos, os arquivistas se prendem aos processos de avaliação e de destinação. Muitas vezes os termos avaliação e seleção são tratados como sinônimos, no entanto selecionar é a aplicação prática e controlada dos princípios de avaliação a um conjunto documental; enquanto que a avaliar é a atividade intelectual de tomada de

decisões que precede a destinação. A avaliação, portanto, fornece a estrutura intelectual em que a atividade de destinação tem lugar.

Embora o crescimento da produção documental tenha sido um problema enfrentado por todos os países, cada um desenvolveu uma abordagem diferente para solucioná-lo, pois, naquele momento, a área não oferecia soluções eficazes por meio dos métodos tradicionais.

A Alemanha, foi um dos principais países a se preocupar com a valoração dos documentos, por meio da prática do *registratur*, motivada pelo interesse patrimonial e pela conservação a longo prazo (arquivos testemunhais), o que gerou abordagens na avaliação e nos instrumentos muito diferente de outros países, Couture (2003). A importância do órgão produtor, o uso de documentos e a abordagem social são as principais formas que os arquivistas alemães destacaram quando abordaram a avaliação.

No Reino Unido, por exemplo, Jenkinson (1922) considerou que a avaliação teve origem na fase qualificada como "Arquivos Modernos", durante a primeira metade do séc. XIX (possivelmente com a constituição do *Public Record Office*) órgão que antecede ao *The National Archives*, que em meados do século XX reorienta a sua atividade para o estabelecimento e aplicação de critérios técnicos para a seleção de documentos que devem ser conservados permanentemente (Corujo, 2020). Diferente da perspectiva alemã, estava centrada nos interesses administrativos, financeiros e de curto prazo (economia de espaço) oferecidos pela eliminação, ou seja, a avaliação era orientada pela eliminação.

Nos Estados Unidos, a ausência de documentação medieval e a predominância de registros "modernos" levaram à distinção entre *records* e *archives*. Os *records* eram mantidos devido as necessidades legais, probatórias ou informativas das entidades que os produziam ou recebiam, enquanto os *archives* eram preservados por sua relevância

para referência e pesquisa, sendo, portanto, custodiados em instituições arquivísticas. Essa distinção no contexto norte-americano tem como marco a criação do *National Archives* em 1934. A partir desse período, observa-se o desenvolvimento da avaliação no âmbito dos chamados "Arquivos Modernos", acompanhado do avanço na formulação de critérios para essa prática.

Segundo Couture (2003), Phillipp C. Brooks, em seu texto *The Selection of Records for Preservation*, rejeita a ideia de avaliar documentos com o único propósito de eliminá-los. Em vez disso, propõe três critérios para determinar seu valor permanente: (1) o valor atribuído pela instituição produtora; (2) a utilidade dos documentos para a história da própria instituição; e (3) seu valor histórico. Mais adiante, em 1946, Philip Bauer argumenta que a avaliação documental deve considerar não apenas a utilidade dos registros, mas também os custos de sua preservação. Já no início da década de 1960, Theodore R. Schellenberg estabelece dois conceitos fundamentais para a avaliação: o valor primário, relacionado aos aspectos jurídicos, financeiros e administrativos, e o valor secundário, associado ao valor probatório e informativo dos documentos.

Seguindo a mesma linha, no Canadá, o Arquivo Nacional foi o responsável pelo desenvolvimento de política de avaliação junto com ministérios e órgãos governamentais (Couture, 2003), e também seguiu a valoração primária e secundária dos documentos. Foram promulgadas diversas Leis desde 1914, para controlar a eliminação de documentos sem autorização.

No Canadá, os Arquivos Nacionais (ANC) foram uma das primeiras instituições a se preocupar com a avaliação. Até a adoção da Lei de Arquivos em 1987, praticavam uma política de espera em relação à avaliação, contentando-se em reagir às propostas que lhes eram apresentadas por ministérios e organismos governamentais (Couture, 2003). De 1914 até a 1987, foram promulgadas diversas Leis para controlar a eliminação de documentos. No entanto, a partir dos anos 90, os ANC

tornaram-se proativos e posicionaram-se no cenário da avaliação.

A relação entre as diferentes abordagens sobre a avaliação de documentos é destacada por Couture (2005, p. 84, tradução nossa), ao afirmar que é possível identificar distintos princípios de avaliação em estudos de diversos países, assim como métodos de trabalho, processos e abordagens que podem ser, ao mesmo tempo, contraditórios, divergentes e complementares.

Dessa forma, percebe-se que a avaliação de documentos é um fenômeno contemporâneo, concebido dentro das administrações como uma resposta ao aumento da produção documental em instituições públicas e privadas. Posteriormente, consolidou-se como uma função arquivística, à medida que profissionais, acadêmicos e instituições da área passaram a refletir sobre essa atividade e a desenvolvê-la sistematicamente.

Essas abordagens foram criadas a partir de contextos e épocas diferentes, e são importantes para compreendermos as atuais discussões sobre essa importante função arquivística.

2.1 O processo de institucionalização dos cursos de Arquivologia no Brasil

A formação de arquivistas no Brasil teve um percurso histórico marcado por desafios e pela evolução gradual de iniciativas, partindo de esforços pontuais e culminando no estabelecimento do ensino superior na área. Inicialmente, a formação em Arquivologia não estava vinculada ao meio universitário, sendo conduzida por cursos técnicos e profissionalizantes promovidos principalmente pelo Arquivo Nacional.

Esse processo teve início formal em 1911, quando o Decreto nº 9.197 instituiu o Curso de Diplomática, uma das primeiras tentativas de proporcionar formação especializada aos funcionários do Arquivo Nacional. Este curso englobava disciplinas como Paleografia, Cronologia, Crítica Histórica e Classificação de Documentos, fundamentais para o desenvolvimento de competências relacionadas à organização e análise

documental. Embora inovador para a época, tratava-se de uma formação restrita e voltada apenas para o público interno da instituição.

Posteriormente, em 1922, o Decreto nº 15.596 criou o Curso Técnico, um esforço mais ambicioso que visava formar profissionais aptos a atuar em bibliotecas, museus e arquivos, buscando atender à demanda das três principais instituições de memória do país: a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional e o próprio Arquivo Nacional. Este curso, com duração de dois anos, apresentava uma grade curricular diversificada, abordando disciplinas como História Literária, Arqueologia, História da Arte, Cronologia e Diplomática. Cada instituição era responsável pelo ensino das matérias relacionadas à sua área de expertise. Contudo, mesmo regulamentado, o curso nunca chegou a ser implementado, perpetuando a lacuna na formação técnica estruturada de arquivistas no Brasil.

Nas décadas seguintes, essa lacuna foi minimamente preenchida por cursos esporádicos promovidos por instituições como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), o Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT-SP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esses cursos tinham caráter pontual e não ofereciam uma formação continuada, o que dificultava a consolidação de uma base profissional sólida na área de Arquivologia (Marques, 2007).

Uma mudança significativa ocorreu a partir do final da década de 1950, quando o Arquivo Nacional, sob a administração de José Honório Rodrigues, lançou o 1º Curso de Arquivos. Este curso introduziu uma abordagem comparativa entre as tradições europeias, focadas em arquivos históricos, e as norte-americanas, voltadas para a gestão de documentos e de documentos especializados. Essa iniciativa representou um marco na modernização da área no Brasil, incorporando novas metodologias e ampliando a compreensão das funções arquivísticas.

O 2º Curso de Arquivos, realizado em sequência, intensificou a troca de experiências com especialistas estrangeiros, especialmente franceses e americanos, fortalecendo a influência internacional na formação arquivística brasileira. Nesse período, o apoio da Embaixada da França foi crucial, permitindo a realização de cursos conduzidos por especialistas como Henri Boullier de Branche, diretor dos Arquivos de *La Sarthe*, na França. Essa parceria consolidou a chamada "missão francesa", que desempenhou um papel central na introdução de uma visão científica e sistemática da Arquivologia no Brasil, contribuindo para a disseminação de práticas europeias, especialmente na literatura e na terminologia utilizadas na área (Marques, 2007).

Em 1960, o Curso Permanente de Arquivos (CPA) foi instituído no Arquivo Nacional como um programa regular de formação em nível superior, já com reconhecimento do Ministério da Educação (MEC). A partir de então, iniciou-se um processo de estruturação da Arquivologia como campo acadêmico. Em 1972, o Conselho Federal de Educação (CFE) autorizou oficialmente a criação de cursos de graduação em Arquivologia no Brasil. Em 1974, com a Resolução nº 28, foi estabelecido o currículo mínimo do curso, prevendo uma carga horária de 2.160 horas, distribuídas entre três e cinco anos, além da obrigatoriedade de estágio supervisionado em instituições especializadas.

Embora inicialmente se cogitasse a inclusão de habilitações específicas para diferentes tipos de arquivos – como históricos, empresariais e escolares –, optou-se por uma formação generalista e interdisciplinar. Esse modelo permanece até hoje, com o objetivo de oferecer aos profissionais uma base ampla e adaptável às diversas demandas do mercado de trabalho.

Um marco decisivo na institucionalização do ensino superior em Arquivologia foi a transferência, em 1977, do CPA para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atualmente conhecida como UNIRIO. Essa mudança

consolidou o primeiro curso de Arquivologia em uma universidade brasileira.

A transferência desse curso para o ambiente universitário marcou uma transição de um local de memória para um centro de ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma mudança na produção do conhecimento na área, que passou de um empirismo para projetos de pesquisa inseridos em programas de pós-graduação, com propostas metodológicas e discussões conceituais, e apoiados por financiamentos de agências de fomento (Souza, 2009). Dessa forma, pode-se afirmar que se inaugurou uma nova fase importante na história do ensino da Arquivologia no Brasil.

Segundo Tanus e Araújo (2013) o desenvolvimento do ensino da Arquivologia no Brasil pode ser dividido em três grandes fases. A primeira fase, marcada pelo predomínio francês, remonta ao período da criação do Arquivo Nacional, em 1838, quando começaram a ser incorporadas técnicas francesas, especialmente o princípio da proveniência, desenvolvido por Natalis de Wailly em 1841.

A segunda fase, que começou no final da década de 1950, foi marcada pela institucionalização do ensino e por influências franco-americanas. Em 1959, foi criado o Curso Permanente de Arquivos no Arquivo Nacional. No entanto, essa fase também foi marcada pela introdução de métodos pragmáticos e técnicos trazidos pela influência norte-americana, representada por Theodore Roosevelt Schellenberg. Schellenberg realizou conferências, conduziu estudos sobre a realidade arquivística brasileira e cedeu direitos de suas obras para tradução, integrando seus métodos ao ensino da Arquivologia no país. Além dessas influências, outras como a espanhola, portuguesa, inglesa e canadense começaram a ser assimiladas, promovendo uma diversificação dos modelos aplicados ao ensino.

Por fim, a terceira fase, que teve início na década de 1970, foi marcada pela consolidação acadêmica e pela emergência científica da

Arquivologia no Brasil. Esse período trouxe avanços significativos, como a criação de periódicos especializados, como o Mensário do Arquivo Nacional, em 1970, e o Arquivo & Administração, em 1972, que se tornaram importantes meios de divulgação científica. Em 1978, a regulamentação da profissão de arquivista pelo Decreto nº 6.546 reforçou ainda mais o reconhecimento da área. Assim, a Arquivologia no Brasil, ao longo dessas fases, passou de uma prática empírica e desvalorizada para um campo consolidado, com forte base acadêmica e científica, adaptado às necessidades do contexto brasileiro.

A implantação do curso na Unirio abriu caminho para que outros fossem aprovados. No mesmo ano, foi fundado o curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e logo em seguida na Universidade Federal Fluminense (1978), ampliando ainda mais a oferta de formação superior na área.

Apesar do avanço da área na década de 1980, com o fortalecimento do Arquivo Nacional participando de debates sobre a elaboração do texto constitucional da Carta Magna (1988), no que se refere aos arquivos; da criação de cursos regionais de capacitação em arquivos; da promoção da “Conferência Nacional de Arquivos Públicos”; e da publicação do periódico “Acervo” (Pazos, 2019), nenhum curso novo foi criado.

Esses cursos, como os pioneiros, também se encontram geralmente vinculados a departamentos de Ciências Sociais Aplicadas ou a escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, que possuem afinidade com os objetivos e métodos da Arquivologia.

Isso muda com a criação de quatro novos cursos nos anos noventa, primeiro na Universidade de Brasília (UnB), em 1991; seguido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado em 1997; na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em 1998; e na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), criado em 1999. Sendo assim, até o

final do século XX, contávamos com seis cursos de graduação em Arquivologia.

Esses cursos buscaram atender à crescente demanda por profissionais capacitados em Arquivologia, sobretudo em razão da ampliação de políticas públicas voltadas para a preservação documental e o gerenciamento da informação no âmbito governamental e privado.

Iniciando o século XXI, temos a criação do curso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2000; seguido pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília), criado 2003; e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), 2006. Esses cursos refletiram a descentralização do ensino de Arquivologia, que começou a se expandir para além dos grandes centros urbanos e capitais, contribuindo para uma formação mais regionalizada e alinhada às necessidades locais.

Mesmo com o crescente número de cursos criados, o ano de 2008 pode ser considerado como o divisor histórico do crescimento dos cursos, resultado do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) do Ministério da Educação, que apoiou a novos cursos de graduação universitária, e foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

É aí que temos a criação na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2008; na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ambos criados em 2009; na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2010, e na Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2012. E por fim, mais recentemente, em 2020, temos a criação dos cursos Ead no Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) e, em 2024, no Centro Universitário Cidade Verde (UniCV).

Em síntese, são 18 (dezoito) cursos de graduação, sendo 16 (dezesesseis) em universidades públicas (estaduais ou federais), modalidade presencial; e 2 (dois) em universidade privada, na modalidade Ead.

Os cursos estão distribuídos em todas as regiões do país, com destaque para as regiões Sudeste e Sul, que possuem cursos em todos os Estados.

A trajetória dos cursos de Arquivologia no Brasil reflete uma evolução significativa desde suas origens no Arquivo Nacional até a consolidação acadêmica nas universidades públicas, marcada pela integração de influências internacionais e pela busca de uma identidade acadêmica própria. O vínculo com departamentos de Ciências Sociais Aplicadas, História e Ciência da Informação evidencia a interdisciplinaridade do campo, enquanto a expansão e diversificação das modalidades de ensino demonstram o compromisso com a formação de profissionais preparados para lidar com as complexidades da gestão de documentos em um mundo cada vez mais digital. Esse panorama revela um equilíbrio entre a preservação da memória institucional e as demandas tecnológicas da contemporaneidade, conciliando tradição e modernidade para capacitar profissionais aptos a atuar em cenários dinâmicos e desafiadores.

3 Procedimentos Metodológicos

A metodologia é o processo que reúne um conjunto de métodos, técnicas e instrumentos que permitem verificar uma pesquisa científica. Em outras palavras, consiste em estabelecer o método necessário para a criação de novo conhecimento científico. A aplicação de uma metodologia na condução de uma pesquisa pressupõe a adoção de um ou mais métodos e o estabelecimento de procedimentos sistemáticos e técnicos (Oliveira, 2008). Trata-se de um processo que começa com a escolha de um tema para melhor compreensão e resolução de problemas e termina com a análise dos dados, oferecendo propostas concretas para minimizar ou solucionar o problema inicial.

Alinhar os procedimentos metodológicos aos objetivos da pesquisa é essencial para obter uma análise consistente, lógica, organizada e passível de verificação empírica. Esta pesquisa,

de natureza qualitativa e do tipo descritivo-exploratório, tem como objetivo analisar os fenômenos por meio de contato direto com o objeto em estudo. Por essa razão, essa abordagem tem sido amplamente utilizada em pesquisas da área de Ciências Sociais Aplicadas, especialmente no campo da Ciência da Informação e da Arquivologia, pois permite analisar todo o processo, e não apenas os resultados obtidos.

Para atender os objetivos propostos, os procedimentos metodológicos foram organizados em etapas distintas e subsequentes. Na primeira etapa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio da revisão de literatura, contemplando a avaliação de documentos e o processo de institucionalização dos cursos de Arquivologia no Brasil. As fontes utilizadas incluíram livros, teses, dissertações e artigos nacionais e internacionais, entre outros, sem delimitação temporal. As fontes consultadas incluíram livros, capítulos de livros, artigos científicos, dissertações e teses. Foram utilizadas bases de dados acadêmicas como o Portal de Periódicos da CAPES, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RI-UnB), o SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e a base da Redalyc. Também foram incluídas publicações disponíveis em anais de eventos da área. A busca não se restringiu a um recorte temporal específico, de modo a permitir a identificação de abordagens históricas e contemporâneas sobre os temas. Em seguida, procedeu-se à coleta de dados, com o levantamento dos currículos e planos de ensino, a partir dos sites dos cursos. Verificou-se que alguns desses cursos não disponibilizam esses documentos online, sendo necessário entrar em contato com a coordenação para solicitar o envio. Nos planos de ensino das disciplinas previamente identificadas, foram analisadas as características e os perfis do ensino da avaliação considerando as categorias: ementa; objetivos da disciplina; conteúdo programático; metodologia de ensino e bibliografia básica.

O universo da pesquisa inclui os 18 cursos de graduação em Arquivologia no país, dos quais 16 (dezesseis) são oferecidos em universidades públicas (estaduais ou federais) na modalidade presencial, e 2 (dois) em universidades privadas na modalidade EAD. Portanto, o universo de análise abrange todas as disciplinas curriculares e planos de ensino que tratam da avaliação de documentos.

4 O Ensino da avaliação de documentos nos cursos de Arquivologia no Brasil

Antes de iniciar a apresentação dos resultados, é necessário detalhar como foram realizados a coleta e a análise dos dados, bem como descrever o universo final da pesquisa.

O primeiro passo foi identificar os 18 cursos de graduação em Arquivologia oferecidos atualmente no Brasil, distribuídos por todas as regiões. Destes, 16 são públicos e presenciais, enquanto 2 são privados e na modalidade EAD.

A investigação focou na presença da disciplina Avaliação de Documentos nos currículos desses cursos. Por meio de consulta aos sites das instituições, observou-se que 13 cursos (72%) possuem essa disciplina com título relacionado ao tema. Os 5 cursos que não a apresentam diretamente são: UFBA, UNESP, UFMG, UNIASSELVI e UniCV.

A ausência de uma disciplina específica de Avaliação de documentos nos currículos de alguns cursos causou estranheza, especialmente por se tratar de uma das funções arquivísticas mais relevantes. Assim, foi realizada uma análise aprofundada nas ementas para identificar se esse conteúdo estaria presente em outras disciplinas.

Identificou-se que na UFBA, a disciplina obrigatória "Arquivos Intermediários" inclui, na ementa, inclui conteúdos de avaliação documental, especialmente sobre destinação de documentos. Na Unesp, embora a ementa de "Arquivos Correntes e Intermediários" não mencione o tema explicitamente, o plano de ensino aborda de forma superficial a avaliação

de documentos. Já no curso da UFMG, a disciplina "Gestão de Documentos Arquivísticos II" trata diretamente do processo de avaliação, embora não traga isso no título. No curso de Arquivologia ofertado pelo UNIASSELVI, foi identificada a disciplina intitulada "Experiência Profissional: Tabelas de Temporalidade". No entanto, devido à escassez de informações disponíveis sobre seu conteúdo programático, não foi possível incluí-la de forma consistente na análise realizada nesta pesquisa. Em relação ao curso oferecido pela UniCV, verificou-se a ausência de uma disciplina específica dedicada à avaliação de documentos. Ademais, não foi possível confirmar se esse conteúdo está inserido em outras disciplinas do curso, uma vez que tanto a grade curricular quanto o projeto político-pedagógico não se encontram disponíveis para consulta online.

Diante disso, o universo final da pesquisa foi composto pelos 13 cursos que possuem a disciplina no currículo e, adicionalmente, o curso da UFMG, por apresentar conteúdo compatível, mesmo sob outra nomenclatura.

O passo seguinte foi verificar quais cursos disponibilizam o plano de ensino da disciplina identificada em suas páginas web. Na prática, poucos o fazem; por isso, foi necessário contatar as coordenações por e-mail para solicitar o envio do documento. Apenas o curso da UEL não respondeu à solicitação. Assim, o universo final da pesquisa é composto pelos cursos das seguintes universidades: UNIRIO, UFMS, UFF, UNB, UFES, UFRGS, UEPB, UFPB, FURG, UFAM, UFSC, UFPA e UFMG.

4.1 Características dos currículos e dos perfis do ensino de Avaliação de documentos

O currículo e o plano de ensino constituem instrumentos centrais no processo formativo, uma vez que estruturam e orientam tanto os conteúdos quanto as metodologias de ensino-aprendizagem. O currículo estabelece os conhecimentos, competências e valores a serem desenvolvidos ao longo da formação, enquanto o plano de ensino operacionaliza

esses elementos, adaptando-os às especificidades de cada turma. Nesse sentido, o plano detalha os objetivos pedagógicos, os conteúdos programáticos, as estratégias didáticas e as atividades a serem desenvolvidas, promovendo a articulação entre teoria e prática.

A análise dos dados revelou que todas as disciplinas identificadas nos cursos de Arquivologia que abordam a temática da avaliação integram o núcleo obrigatório da matriz curricular, configurando-se, em sua maioria, como pré-requisitos para outras unidades curriculares. A oferta dessas disciplinas ocorre, predominantemente, entre o segundo e o sexto período dos cursos, com maior incidência no quarto período. A carga horária varia entre 60 e 80 horas, o que evidencia certa uniformidade no tempo destinado ao aprofundamento do conteúdo.

Com base na identificação desses componentes nos currículos analisados, foram definidas as seguintes categorias para a análise dos respectivos planos de ensino: Ementa; Objetivos da disciplina; Conteúdo programático; Metodologia de ensino; e Bibliografia básica. Tais categorias permitiram sistematizar e aprofundar a compreensão sobre a abordagem da avaliação no âmbito da formação superior em Arquivologia.

4.1.1 Ementa da disciplina

As ementas, de modo geral, destacam os fundamentos teóricos e metodológicos da avaliação de documentos, enfatizando a formação de profissionais capacitados para compreender o papel dos arquivos na sociedade e aplicar critérios para a destinação e gestão de documentos.

Instituições como a UNB, UFPA e UFAM dão especial atenção a esses fundamentos, estabelecendo a conexão entre avaliação e preservação da memória social. Conceitos como valores primários e secundários, e o ciclo de vida dos documentos aparecem de forma recorrente, como observado na UFSC, UNIRIO

e UFF, indicando um consenso sobre a importância de entender a temporalidade e o uso dos documentos ao longo do tempo.

A tabela de temporalidade é amplamente reconhecida como um instrumento essencial para a gestão de documentos, sendo mencionada nas ementas da UNIRIO, UFPB, UFSC, UFF e UFMG. Ela operacionaliza a definição de prazos de retenção, transferência, recolhimento e eliminação de documentos. No entanto, a abordagem sobre esse instrumento varia: enquanto instituições como a UFF e a UFPB incluem atividades práticas relacionadas à tabela, outras, como a UFRGS, tratam o tema de forma mais geral, sem detalhar aplicações práticas.

A dimensão política, ideológica e cultural também é explorada em algumas disciplinas. A UNIRIO, por exemplo, destaca a análise do impacto das políticas arquivísticas nos critérios de avaliação e destinação, refletindo uma preocupação em alinhar os processos arquivísticos às demandas sociais. Na UFSM, há uma abordagem diferenciada que contempla a patrimonialização cultural, ampliando o conceito de valor arquivístico para incluir aspectos simbólicos e históricos.

A conformidade com a legislação brasileira é outro aspecto indispensável nas ementas, sendo destacada por instituições como a UNB, UFF e UFSC. A ênfase na aplicação de normatizações nacionais visa formar profissionais éticos e juridicamente preparados. Entretanto, há variações: algumas instituições, como a UFF e a UEPB, detalham os estudos sobre aspectos normativos, enquanto outras, como a FURG e a UFRGS, priorizam a aplicação prática sem aprofundar os fundamentos legais.

4.1.2 Objetivos da disciplina

Os objetivos das disciplinas sobre Avaliação de documentos refletem uma ampla diversidade de abordagens, variando entre a capacitação técnica e a formação crítica e reflexiva.

De maneira geral, destacam a introdução aos fundamentos teóricos e metodológicos da avaliação. Verbos como "compreender" e "conhecer" aparecem frequentemente, evidenciando uma preocupação comum em fornecer uma base conceitual sólida para lidar com a prática. Os cursos da UFSC, UNIRIO, UEPB e UFRGS ilustram bem esse foco teórico compartilhado. Alguns cursos, como a UNIRIO e a UNB, concentram-se em fornecer subsídios para a compreensão do processo de avaliação e sua importância para a memória social. Já a UFSM e a UFRGS ampliam o enfoque, destacando diferentes abordagens, as bases teóricas e práticas, e os fatores sociais e culturais envolvidos.

A UFES e a FURG também incluem aspectos teóricos e práticos, mas com destaque para o papel político e social da avaliação, evidenciando a relação entre a Arquivologia e a construção de políticas públicas. Por outro lado, a UFAM e a UFMG enfatizam a proteção de interesses institucionais e sociais, a preservação da memória coletiva e o estímulo à pesquisa. Essas abordagens reforçam a visão de que a avaliação não é apenas um processo técnico, mas também estratégico e cultural. Várias instituições, como UFSM, UFPB, UFRGS, UFSC e UFPA, exploram a teoria das três idades, evidenciando sua relevância como base teórica consolidada. Algumas, como a UFSC e a UFPB, detalham os conceitos de eliminação, transferência e recolhimento de documentos, enquanto outras, como a UNIRIO e a UNB, optam por objetivos mais gerais e menos específicos.

Quando se trata de aspectos práticos, a UFES, UFAM e UFMG se destacam por abordar a elaboração de instrumentos como tabelas de temporalidade e a definição de prazos de guarda, o que demonstra uma preocupação com a aplicabilidade das teorias arquivísticas. A UFRGS e a FURG, por sua vez, enfatizam atividades práticas que englobam a avaliação, a seleção e a gestão de documentos, priorizando o desenvolvimento de competências mais aplicadas.

No geral, percebe-se que cada instituição adapta os objetivos da disciplina de acordo com suas especificidades regionais e pedagógicas, resultando em abordagens que variam entre o pragmatismo, a reflexão crítica e a aplicação técnica. Esses diferentes enfoques enriquecem o campo da Arquivologia, permitindo uma formação diversificada e contextualizada.

4.1.3 Conteúdo programático

As bases teóricas da Avaliação estão presentes em todos os cursos das universidades analisadas, com conteúdos introdutórios que exploram conceitos como valores primários e secundários e o ciclo de vida do documento. Instituições como UNIRIO, UFSM, UFSC e UEPB dedicam blocos iniciais à compreensão desses fundamentos, indicando a necessidade de formar uma base sólida antes de avançar para práticas aplicadas.

A construção e o uso de instrumentos como tabelas de temporalidade, listas de eliminação e termos de destinação também são amplamente abordados, com destaque para as disciplinas da UFPB, UFF, UNB e UFMG, refletindo a importância operacional desses instrumentos na gestão de documentos. Outro ponto comum é o estudo das legislações e normativas nacionais, como a Lei nº 8.159/1991 e as diretrizes do CONARQ, com análises específicas em universidades como UFSM, UFSC, UNIRIO e UNB. Essa ênfase demonstra a preocupação em formar profissionais que atuem dentro das exigências legais, protegendo interesses institucionais e sociais. Além disso, a relação entre a avaliação e a preservação da memória social é amplamente explorada nos cursos da UNIRIO, UFSM e UNB, reforçando o papel do arquivista como agente na construção da memória coletiva, para além da gestão técnica. Apenas a UNB dedica um módulo específico à avaliação de documentos digitais. Outras universidades, como UFMG, mencionam de forma indireta temas como digitalização e eliminação de documentos, mas sem aprofundar os desafios

e particularidades da avaliação de documentos digitais.

Por fim, o impacto social e político da avaliação é explorado de forma destacada em universidades como UFES e UFSM, que abordam temas como patrimonialização cultural e ética na destinação documental. Essa dimensão é menos enfatizada em disciplinas mais técnicas, como as da FURG. A diversidade teórica também se evidencia em programas como o da UFPB, que explora conceitos como macroavaliação e teorias críticas, em contraste com abordagens mais convencionais, como as da UFRGS, que limitam o conteúdo a tópicos introdutórios e teórico-práticos.

Percebe-se um esforço comum em garantir que os alunos desenvolvam uma compreensão sólida da função de avaliação e dominem as ferramentas operacionais essenciais para sua execução. A formação técnica focada na execução de tarefas práticas atende às demandas imediatas do mercado, mas pode carecer de uma reflexão crítica sobre o impacto das decisões arquivísticas no longo prazo. Por outro lado, conteúdos mais reflexivos formam profissionais com uma visão mais abrangente, mas que podem encontrar dificuldades ao lidar com as exigências técnicas específicas do campo.

4.1.4 Metodologia de ensino

A análise das metodologias de ensino utilizadas nas disciplinas relacionadas à Avaliação de documentos revela as diferentes abordagens pedagógicas adotadas pelos cursos. Essa diversidade reflete as prioridades, recursos disponíveis e perspectivas pedagógicas de cada uma delas, destacando aspectos teóricos, práticos e tecnológicos que influenciam diretamente a formação dos alunos.

Entre os elementos que são comuns, destaca-se a predominância das aulas expositivas como método de ensino. Universidades como UNIRIO, UFSM, UFES, UFAM, UFPA e UFSC utilizam amplamente essa abordagem para transmitir conteúdos teóricos de forma

estruturada. Essa prática evidencia o reconhecimento da necessidade de consolidar uma base conceitual sólida antes de avançar para atividades mais aplicadas. Além disso, o uso de leitura e discussão de textos teóricos é uma prática comum, presente em instituições como UNIRIO, UFSM, UFSC, UFPA e UFAM. Essa estratégia não apenas reforça o aprendizado teórico, mas também estimula a capacidade crítica dos alunos, oferecendo-lhes ferramentas para analisar e interpretar os conceitos essenciais da avaliação.

Outro ponto importante é o incentivo às atividades colaborativas, como seminários, trabalhos em grupo e debates, que aparecem nos programas de ensino da UNIRIO, UFES, UFRGS, UFSC e UEPB. Essas práticas pedagógicas destacam uma preocupação em desenvolver habilidades interpessoais, além de promover o aprendizado coletivo por meio da troca de ideias e experiências entre os alunos. Em complemento, a integração de recursos tecnológicos é observada em instituições como UFAM, UFES e UFSM. Projetores multimídia, vídeos e plataformas online, como o *Moodle* (utilizado na UFSM), são citados como ferramentas para diversificar o processo de ensino e aprendizado. Essa abordagem híbrida reflete uma tentativa de modernizar a pedagogia e atender às demandas de um cenário educacional em transformação.

Por outro lado, alguns planos de ensino apresentam falta de detalhamento até diferenças no enfoque e nos recursos utilizados. Os cursos da UFF, UNB e UFMG, não apresentam informações sobre as metodologias de ensino. Essa ausência dificultou a análise. O foco em atividades práticas também varia. UFSC e UFPA dão grande ênfase a exercícios e trabalhos diretamente ligados à elaboração e aplicação de tabelas de temporalidade e outras ferramentas de avaliação. Por outro lado, UNIRIO e UFPB mencionam atividades práticas de forma mais pontual, sugerindo uma integração menos estruturada dessas práticas no cotidiano das aulas. Esse contraste reflete diferenças nas prioridades pedagógicas, com

alguns cursos buscando preparar os alunos para desafios operacionais imediatos e outras focando em uma formação mais teórica. As abordagens relacionadas a métodos ativos de ensino também variam. Algumas universidades, como FURG e UEPB, destacam o uso de metodologias que incentivam a participação ativa dos alunos, promovendo atividades individuais, debates e a produção de textos em sala de aula. Em contraste, outras instituições seguem modelos mais tradicionais, com menor ênfase na interação dinâmica entre professor e alunos, o que pode limitar o engajamento e a autonomia dos estudantes no processo de aprendizado.

Em resumo, o levantamento evidencia uma predominância de práticas tradicionais, como aulas expositivas e leitura de textos, complementadas por estratégias colaborativas e, em alguns casos, pelo uso de tecnologias e metodologias ativas. No entanto, há uma disparidade quanto ao detalhamento das metodologias, à integração de atividades práticas e à adoção de plataformas virtuais.

4.1.5 Bibliografia Básica

A bibliografia básica apresentada nos planos de ensino da disciplina sobre Avaliação de documentos revela alguns padrões de abordagem e a centralidade de alguns autores clássicos. Theodore R. Schellenberg (1959), Ieda Pimenta Bernardes (1998), Carol Couture e Jean-Yves Rousseau (1998), Heloísa Liberalli Bellotto (1989) e Terry Cook (1999) são os autores mais citados e configuram-se como pilares fundamentais no ensino.

A análise também aponta para uma forte dependência de livros como fonte primária de ensino. Essa escolha reflete uma tradição acadêmica que privilegia manuais teóricos e práticos como base de referência. Embora os livros ofereçam uma visão ampla e estruturada, a falta de diversidade nas fontes pode limitar a exposição dos alunos a debates mais dinâmicos e atualizados. Artigos científicos começam a ganhar espaço, como os de Terry Cook (1999) e Ana Celeste Indolfo, que

abordam temas contemporâneos e contextualizados, mas ainda são minoritários. Além disso, as publicações técnicas, sobretudo aquelas produzidas pelo Arquivo

Nacional e pelo Conselho Nacional de Arquivos, desempenham um papel crucial no fornecimento de diretrizes e normativas práticas, fundamentais para o cenário arquivístico brasileiro.

Uma lacuna notável é a sub-representação de obras recentes e de autores que dialogam diretamente com os desafios do mundo digital. Enquanto os currículos continuam baseados em fundamentos analógicos, a realidade exige um conhecimento aprofundado sobre a gestão de documentos digitais, o uso de tecnologias e sistemas emergentes na preservação documental. A falta de atenção a essas questões pode deixar os profissionais formados vulneráveis às demandas de um mercado em rápida evolução.

5 Considerações Finais

A partir dos dados apresentados podemos perceber que as ementas revelam tanto um alinhamento quanto uma diversidade nas abordagens pedagógicas. Enquanto há uma convergência em torno de conceitos essenciais, como valores, tabelas de temporalidade e legislação, as diferenças na profundidade e na ênfase de cada uma destacam a pluralidade de interpretações sobre o papel da avaliação na sociedade.

Essa diversidade é um reflexo da própria complexidade do campo arquivístico, que se situa entre as demandas práticas relacionadas à gestão de documentos e reflexões teóricas sobre memória e patrimonialização. No entanto, essa variação de enfoques também traz um desafio: a formação de arquivistas com competências desiguais. Enquanto alguns estudantes podem se aprofundar em aspectos culturais e reflexivos, outros podem sair com uma formação mais técnica, mas sem uma visão crítica do impacto social de sua atuação. Isso levanta questões cruciais para a formação:

como equilibrar essas perspectivas para formar profissionais capazes de integrar técnica, teoria e ética? Há uma articulação suficiente para garantir que os arquivistas formados possuam competências amplas e adaptáveis?

A análise dos objetivos das disciplinas revela um campo em constante evolução, reflexo das múltiplas demandas impostas à profissão. Percebe-se que há uma preocupação em capacitar os alunos nas competências técnicas essenciais, mas também indicam uma oportunidade para aprofundar o diálogo sobre as dimensões mais amplas da prática arquivística. Uma formação que integre prática, teoria e pensamento crítico será crucial para formar profissionais que possam não apenas gerenciar e avaliar documentos de forma eficiente, mas também refletir sobre o impacto social de suas escolhas.

O conteúdo programático é reflexo das ementas e dos objetivos presentes nos planos de ensino, por isso percebe-se a tentativa de articular os temas a esses elementos. No entanto, a falta de padronização ou inclusão em alguns deles, como a avaliação de documentos digitais e o impacto político-social da avaliação, pode gerar desigualdades na formação. Embora a área esteja avançando nesses temas, ainda há lacunas significativas nas abordagens em vários planos.

A metodologia de ensino empregada pelos professores para o ensino é predominantemente tradicional, como aulas expositivas e leitura de textos teóricos, utilizados para consolidar uma base conceitual sólida. Esses métodos são frequentemente complementados por atividades colaborativas, como debates e trabalhos em grupo, e, em algumas instituições, por práticas pedagógicas mais inovadoras, como o uso de recursos tecnológicos e metodologias ativas. Para alinhar o ensino ao cenário educacional contemporâneo, seria pertinente fortalecer a integração de metodologias inovadoras e assegurar maior uniformidade e clareza nas propostas pedagógicas, promovendo uma

formação mais abrangente e adaptada às demandas atuais da área.

A escolha da bibliografia reforça a tradição teórica brasileira em relação à avaliação de documentos com a utilização dos mesmos autores em grande parte dos cursos. Fica evidente a necessidade de inclusão de novas discussões que acompanhem as novas tendências de estudos e práticas sobre o tema.

Sendo assim, a partir das análises percebemos que a ausência de determinados temas nas ementas reflete nos objetivos da disciplina, no conteúdo programático e na bibliografia utilizada, prejudicando a formação, haja vista que todos esses elementos estão interligados.

Para superar essas limitações, é necessário fomentar um maior diálogo entre os cursos de Arquivologia, promovendo uma troca de experiências, de boas práticas visando desenvolver bases comuns para o ensino de avaliação, sem esquecer as especificidades institucionais e regionais. Apenas com essa visão integrada será possível garantir que a avaliação de documentos atenda às exigências técnicas sem perder de vista seu papel social.

6 Referências

- Bellotto, H. L. (1989). Avaliação, seleção e descarte de documentos de arquivo. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, (2), 39–46.
- Bernardes, I. P. (1998). *Como avaliar documentos de arquivo* (Projeto Como Fazer, 1). Arquivo do Estado.
- BRASIL (1991). Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991: Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília.
- Brasil. (1911). Decreto nº 9.197, que aprova o regulamento do Arquivo Nacional e institui o Curso de Diplomática. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 15958.
- Brasil. (1922). Decreto nº 15.596, que cria o Museu Histórico Nacional, aprova seu regulamento e institui o Curso Técnico comum ao Arquivo Nacional, à Biblioteca Nacional e ao Museu

- Histórico Nacional. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 16081.
- Brasil. (1972). Parecer nº 212, de 7 de março de 1972: Manifesta-se favorável à criação de cursos de Arquivologia. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF.
- Brasil. (1978). Lei nº 6.546, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 10296.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2007). Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007: Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF.
- Brasil. (2007). Decreto nº 6.096, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 7.
- Chagas, C. A. (2020). Avaliação de documentos arquivísticos: teoria e metodologia. *ÁGORA: Arquivologia em Debate*, 30(61), 478-498. <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/926>.
- Cook, T. (1999). Macroappraisal and functional analysis: Documenting governance rather than government. *Archivaria*, (48), 95–105.
- Corujo, L. M. N. (2020). *Avaliação arquivística de informação eletrônica: Da emergência teórica ao consenso sobre um modelo* (Tese de doutorado, Universidade de Coimbra). Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação.
- Couture, C. (2003). La función valoración em la Archivística contemporánea: Una sinergia entre varias consideraciones complementarias. *Tabula*, (6), 23–49.
- Couture, C. (2015). A arquivística, os arquivistas e os arquivos no Canadá. *Revista Acervo*, 28(2), 147–163. <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/613>
- Couture, C., & Rousseau, J. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Dom Quixote.
- Indolfo, A. C. (2012). Avaliação de documentos de arquivo. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, (6), 301–303. <https://fr.scribd.com/document/424020571/INDOLFO-Ana-Celeste-Avaliacao-de-Docmentos-de-Arquivo-in-Revista-Do-Arquivo-Geral-Da-Cidade-Do-Rio-de-Janeiro-1>
- Jenkinson, H. (1922). *A manual of archive administration: Including the problems of war archives and archive making*. The Clarendon Press.
- Marques, A. A. C. (2007). *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil* (Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.
- Pazos, J. de M. (2019). *O(s) lugar(es) da função classificação na formação do arquivista: Uma análise da história, dos currículos e dos programas de ensino dos cursos de graduação em Arquivologia do sudeste do Brasil* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.
- Schellenberg, T. R. (1959). *A avaliação dos documentos públicos modernos*. Arquivo Nacional.
- Silva, M. J. N. da. (2022). *Avaliação de documentos de arquivo: Estudos sobre construções científicas internacionais e brasileira* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais). Repositório Institucional da UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/44651>
- Tanus, G. F. S. C., & Araújo, C. A. Á. (2013). O ensino da arquivologia no Brasil: Fases e influências. *Encontros Bibli: Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 18(37), 83–102. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n37p83>.
- Trace, C. B. (2017). Dentro ou fora do documento? Noções de valor arquivístico. In T. Eastwood & H. MacNeil (Orgs.), *Correntes atuais do pensamento arquivístico* (pp. 77–106). Editora UFMG.